



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 81ª
(OCTOGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 79ª Sessão Ordinária;
- Ata da 80ª Sessão Ordinária;
- Ata da 25ª Sessão Extraordinária.

(Leitura das atas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Em discussão as atas. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	2

Não havendo quem queira discutir, dou por aprovadas as referidas atas.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde, Srs. Parlamentares, senhores presentes. Venho me queixar. Hoje, foi publicado no Diário Oficial que o Governador vetou um projeto de lei aprovado nesta Casa, de minha autoria, que amplia para os demais profissionais da área de educação o direito de meia-entrada em shows, eventos esportivos, espetáculos em geral. Claro que vetar é um direito, uma prerrogativa do Poder Executivo, mas o que me espanta é a justificativa apresentada para o veto.

Segundo a justificativa do veto, isso trará prejuízos para o setor artístico cultural, para o empresariado do setor, porque a meia-entrada fará com que eles tenham prejuízo e, às vezes, até limitando o evento e até impedindo-o por falta de condições financeiras.

Ora vejam: se eu reduzo a entrada em espetáculos, eu convido mais pessoas a terem acesso a eventos, *shows* e atividades esportivas. Talvez o melhor exemplo disso seja o que acontece nos cinemas, às segundas-feiras, quando a entrada é pela metade, e fazem filas enormes na porta dos cinemas. Então, é uma análise econômica equivocada dizer que o direito à meia-entrada vai trazer prejuízos.

Até por que todos nós sabemos que o empresariado do Distrito Federal, na hora em que oferece um espetáculo, já coloca o valor da meia-entrada para aqueles que pagam a entrada inteira. Então, não venham com essa hipocrisia que vai afetar o setor produtivo e o setor empresarial.

Outro problema: em Brasília, a capacidade de realização de eventos é precária, limitada e a incompetência é que predomina. É só olhar o que aconteceu com o jogo do Flamengo. O estádio tem capacidade para 67 mil, mas quem esteve lá viu que o estádio estava superlotado e que foram vendidos ingressos além da capacidade. Será que esses ingressos além da capacidade trouxeram prejuízos também com a história da meia-entrada?

Então, é uma justificativa muito malfeita pelo Poder Executivo para vetar esse projeto de lei que permite o acesso à cultura com mais facilidades a pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	3

que não têm acesso sempre. Eu conto com o apoio dos Srs. Parlamentares para derrubar esse veto cuja justificativa é malfeita e imoral. Muito obrigado, senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na Ordem do Dia, como item extrapauta, do requerimento que acaba de ser lido no Expediente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato o pedido de V.Exa. e solicito a inclusão do requerimento na Ordem do Dia.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (BLOCO DA MINORIA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Exma. Sra. Presidente desta sessão, Deputada Liliane Roriz, Deputados, colegas de trabalho, aqueles que visitam hoje a Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu gostaria de iniciar esta fala alertando para um fato que já conhecemos e que é extremamente grave: o Distrito Federal está na UTI!

E o que me preocupa ainda mais é que, por incrível que pareça, nove meses depois de iniciada a gestão, o Governador Rodrigo Rollemberg e toda a sua assessoria ainda não conseguiram diagnosticar corretamente o problema do paciente que está enfermo. O Governador e sua assessoria teimam em acreditar equivocadamente que o cerne do problema, a essência, do Distrito Federal, é a receita pública. Como todos já devem estar sabendo, recentemente o governador, contrariando mais uma vez suas promessas de campanha, encaminhou uma série de projetos de lei aumentando a já estranguladora carga tributária. É mais um pacote de maldades em apenas nove meses de governo, ou seria desgoverno? Está parecendo a série de terror Sexta-Feira 13, que já contabiliza dez filmes desde que o original foi lançado! Não sei quantos pacotes já chegaram a esta Casa.

Nós poderíamos dizer ao Governador, se aqui estivesse, que o problema do Distrito Federal não está na receita, mas, sim, na despesa pública! Portanto, não proponha mais projetos aumentando a carga tributária, nós já pagamos muito imposto! Apenas para se ter uma ideia, no que tange ao percentual sobre o Produto Interno Bruto – PIB, a carga tributária brasileira corresponde a 35,95% do PIB,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	4

perdendo apenas para a de países altamente desenvolvidos e que oferecem serviços públicos de elevada qualidade, como Suécia, Finlândia, Bélgica, França e Dinamarca.

Ainda no âmbito da receita, a situação do Distrito Federal é particularmente confortável, sobretudo quando comparado com outros Estados da Federação. Vejam que, além de contar com recursos tributários de competência municipal e estadual, nosso Estado é agraciado com recursos provenientes do Fundo Constitucional - um terço do orçamento total - e do Fundo de Participação dos Municípios! E essa montanha toda de recursos serve, ou deveria servir, para administrar um estado cuja área territorial é bem inferior à dos demais Estados da Federação. Outro detalhe: nossas despesas com pessoal não podem ultrapassar o percentual de 52% da receita corrente líquida, diferentemente do que ocorre nos outros Estados, onde o percentual, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pode chegar a 60%.

Ou seja, sobram recursos para o Distrito Federal, o que falta é gerir com eficiência esses recursos, é saber gastá-los, é cortar gastos públicos desnecessários, é queimar as gorduras a fundo, não superficialmente como S.Exa. está a fazer. Refiro-me especificamente à pretendida redução da remuneração do Governador e de seus auxiliares mais próximos. E aí cabe uma pergunta: será que o Governador recebe do Senado ou recebe dos cofres do Distrito Federal? Se ele receber do Senado, não estará cortando absolutamente nada do seu salário! Essa redução remuneratória, meus amigos, é para inglês ver, é pura maquiagem, é estratégia de marketing, não vai surtir efeito prático algum, assim como não surtirá o aumento da carga tributária!

O Governador está, com todas essas medidas, apenas enxugando gelo, pois não está atuando no cerne do problema, que é o gigantismo estatal, o excessivo tamanho do estado, assoberbado de despesas públicas totalmente desnecessárias!

Com base nesse raciocínio, protocolei emendas nos projetos de aumento de impostos encaminhados pelo Executivo, condicionando sua entrada em vigor à extinção de, no mínimo, dois terços dos exagerados 20.814 cargos comissionados e funções de confiança existentes nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, pois de acordo com o colunista Lauro Jardim, da Revista VEJA, na França, esses cargos e funções não passam de 4.800, e nos Estados Unidos, de 8.000.

Apresentei, ainda, emenda ao Projeto de Lei nº 650 de 2015, adequando-o à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Constituição Federal, e, conseqüentemente, reduzindo as alíquotas do imposto incidente sobre transmissão causa *mortis* e doação - ITCD.

E, por fim, propus projeto de lei proibindo os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, e as demais entidades controladas pelo nosso estado de, quando constatada inadimplência em qualquer um deles, nomear servidores para ocupar cargos em comissão e funções de confiança, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	5

contratar e realizar licitação para a contratação de obras e serviços de engenharia e publicidade.

São medidas que deslocam a solução do Distrito Federal da receita para a despesa pública.

E para dizer que eu não quero ajudar o Governo do Distrito Federal, Deputado Rodrigo Delmasso, protocolei o Projeto de Lei nº 438, de 2015, em que eu quero ajudar o Governo a aumentar a sua arrecadação, bastando para isso que os nobres colegas da Casa ajudem o Governador, que está precisando aumentar a receita do Estado. Que a gente venha, então, aumentar as alíquotas das bebidas alcoólicas, do fumo e dos demais derivados como cachimbo, cigarreira, piteiras e isqueiro dos e atuais 27% para 31%, incluindo na quota adicional da alíquota de 2% previsto no Parágrafo 5º, art. nº 18, da Lei nº 1254, de 1996.

Portanto, eu não sou o que apenas critico, apresento a solução. Eu espero que tenhamos o apoio inclusive do Governo, para que possamos aprovar nesta Casa o Projeto de Lei nº 438, de 2015.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão do último item lido como item extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Acato a solicitação de V.Exa. e eu incluo a moção como item extrapauta.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos e a todas.

Eu quero saudar aqui as nossas professoras da carreira socioeducativa e dizer que vocês têm o nosso apoio.

O Deputado Chico Vigilante disse muito bem: “Fazer economia de palito em festa de caviar não faz sentido”. Não há por quê, ainda mais às custas do sacrifício



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	6

de pessoas que têm um trabalho exemplar como o de vocês, pois eu o conheço. Eu sei o que é trabalhar em locais insalubres.

Eu acho que é uma aberração uma procuradora sem o devido laudo, simplesmente, suspender um direito de vocês, até porque insalubridade diz respeito à saúde do trabalhador; jamais poderia ter sido retirado. Isso é uma excrescência, isso é um ataque de novo ao servidor público. Aliás, o que este Governo tem feito desde que assumiu foi atacar o servidor público, como se o servidor público fosse o vilão de toda esta história.

Eu até gostaria, viu Deputado Bispo Renato Andrade, de ajudar o Governo, mas depois que eu vi o vice-Governador ir ao jornal e dizer que nem ele concorda, já que as medidas são as piores. Então, eu não dou conta, não. Se o vice-governador está dizendo que está tudo errado, não sou eu, que faço parte da Oposição, que posso aplaudir.

Mas o que me traz aqui... e para isso eu queria pedir o apoio do Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, até pela sua sensibilidade, já que a gente tem um relacionamento que supera as questões políticas, é um pedido mesmo, viu, amigo?

Eu tentei, inclusive ontem, marcar uma reunião com o Secretário de Segurança, mas, mais uma vez, a gente é surpreendido por essas respostas que vêm do Executivo. A secretária disse que talvez não tivesse tempo para receber o Deputado. É como se o Deputado fosse lá para pedir favor ou para bater papo. Eu estou querendo resolver um problema sério.

Nós fomos surpreendidos, também, com um decreto distrital lá da Secretaria, uma minuta de decreto, em que eles estão criando ou querendo criar um controle externo da Polícia Civil. Ou seja, agora a Secretaria de Segurança Pública está avocando poderes do Ministério Público, poderes constitucionais.

Eu pensei que já tivesse visto de tudo neste Governo, mas pelo jeito vou ver muito mais.

Então, Deputado Julio Cesar, antes que a gente tenha que convocar o Secretário de Segurança para explicar essa aberração, essa excrescência... Porque nós não vamos admitir isso...

A Polícia Civil do Distrito Federal é uma polícia séria, formada por homens e mulheres decentes que honram o seu trabalho. Então, eu gostaria que V.Exa. nos ajudasse a impedir que esse absurdo aconteça, senão nós vamos fazer valer as nossas prerrogativas de parlamentares.

Não vamos admitir que um estrangeiro que vem de São Paulo, que vem não sei de onde – não sei como é que funciona a polícia de lá – a daqui é uma polícia digna. A polícia daqui é respeitada, e os números mostram. É uma polícia que já tem todos os controles e fiscalizações necessárias. Começa por uma corregedoria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	7

extremamente rigorosa, passa pelo Ministério Público, OAB, defensoria e muitos outros órgãos.

Trazer modelos fracassados de outros Estados para controlar, ainda de forma ilegal, de forma disfarçada, nós não vamos admitir.

Então, pedimos aqui ao nobre Deputado Julio Cesar, pela excelente articulação e por acreditarmos no trabalho de S.Exa., que nos ajude antes que tomemos medidas muito mais duras e muito mais severas.

Obrigado, Deputado.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero conversar com os professores e as professoras que trabalham no sistema atendendo os internos, e aí entra o Cajé, enfim, até o pessoal que trabalha na Papuda.

Há pouco eu falei, na reunião de Líderes, que o Governador Rollemberg, orientado pela Procuradoria do Distrito Federal – que pensa que é Ministério Público, mas não é –, está cortando palito em festa de caviar. Continua o caviar e tira os palitos.

Essa gratificação representa muito para vocês. Em termos de economia, não representa nada. Em absoluto, não representa nada. Vocês não estão trabalhando naquelas condições que são perigosas e insalubres, que têm muito mais a periculosidade do que a própria insalubridade? Vocês não estão trabalhando só por causa de uma gratificação de 10%. Só que isso aí já se incorporou ao salário de vocês.

Para que a imprensa aqui presente tenha noção, Deputado Wellington Luiz, é cerca de R\$500,00 (quinhentos reais) – no tempo do meu avô, a gente dizia 500 mil réis. Para que tirar?

Nós temos um compromisso de ainda hoje aprovar um documento a ser encaminhado para o Governador dizendo que nós temos toda boa vontade com ele, agora pedindo que ele tenha boa vontade com vocês também.

Nós não vamos aceitar o corte. Nós não vamos aceitar que tirem isso de vocês. É um direito conquistado, direito adquirido. Só que aí vocês vão entrar na Justiça, vai levar anos, vai virar precatória, não interessa se também virar precatória, porque depois não recebe. Portanto, nós vamos, além do documento geral, eu, representando a liderança do PT, vou conversar pessoalmente com ele e o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	8

Wellington Luiz vai fazer a mesma coisa, e aí são de Oposição, e a bancada do governo deve fazer a mesma coisa. Portanto, realmente todos pela educação, ainda mais porque sabemos o quanto é penoso atender aqueles jovens que tiveram desajustes na sua própria residência e vocês agora é que estão os encaminhando para o caminho do bem. Portanto, têm todo o apoio nosso e nós vamos continuar trabalhando nisso.

Dito isso, Senhoras e Senhores Deputados, quero chamar a atenção para uma questão que a gente tem falado aqui o tempo todo, e é importante a gente ter noção efetivamente do que nós estamos votando.

O pacote de arrocho tributário encaminhado pelo Governador Rollemberg tem os que já foram aprovados, que foram ITBI, que aumentou de 2 para 3; IPVA, que aumentou de 3 para 5% a mais; IPVA de motos que aumentou para 2,5; ICMS do diesel que aumentou de 12 para 15; ICMS de combustível que aumentou de 25 para 28; ICMS de comunicação de 25 para 28, e só aí, Deputado Wellington Luiz, já dá um incremento de 500 milhões na receita do Distrito Federal. Quinhentos milhões! Mas o governo quer mais! Ele quer aumentar a TLP, que é a taxa de limpeza pública, que vai acima de 40% em 2015, e dá 50 milhões de arrecadação. A CIP, que é aquela conta de iluminação pública, de 32% ele quer colocar 32,5, que dá 60 milhões. O IPTU, que vai ter um aumento real de 10%, porque é 10 mais a inflação, portanto, dá um aumento real de 10%, e ao todo dá 20, dá 61 milhões! Diferencial da alíquota simples, que é de 5%, dá 122 milhões. ITCD, que é aquele sobre as heranças e doações, que vai de 4%,5%, aí ele divide 6% e 8% e dá 33 milhões. E os projetos que ainda vão vir: ICMS de inclusão de novos produtos no fundo de combate à pobreza, 2%, que dá 103 milhões. ICMS de TV por assinatura, de 10% para 15%, que dá 52 milhões. TLP preço público, gerador de lixo não residencial acima de 25 quilos, dá cerca de 9 milhões, ICMS de lubrificantes e outros, de 17 para 18%, dá 180 milhões. ICMS de bebidas alcólicas, cerveja, cachaça, uísque, tudo, também vai de 25 para 29% e dá 100 milhões! A questão dos cigarros também, charuto, eu não fumo, acho até que ninguém devia fumar, mas dá 100 milhões de implemento. Comércio eletrônico, que é a inversão do titular do crédito, esse eu até estou de acordo, dá 375 milhões. Juntando tudo, só com esse aumentozinho de imposto, o governo amplia sua arrecadação em 1.718.999.428,55 (um bilhão, setecentos e dezoito milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Quero declarar aqui: aumento de IPTU eu não voto! Não voto! O governo primeiro cumpra o dever de casa a atualize o preço dos imóveis porque não é correto uma pessoa que mora no Lago Sul numa bela mansão de 1.600 metros pagar proporcionalmente a mesma tarifa de uma viúva lá na Ceilândia que mora numa casinha de 50 metros. Está correto? TLP, eu não voto em aumento de 40% da TLP! Está errado! Ninguém vai me fazer votar em 40% da TLP! Taxa de iluminação pública, porque aí diz "Não, é contribuição", contribuição de onde? Se não pagar é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	9

multado! Já teve 53% de aumento na conta, querem mais 32,5%. E tanto faz ter iluminação na sua rua quanto ser a maior escuridão, um breu, você paga do mesmo jeito. Sou contra. O restante vamos discutir. Acho que o pessoal que toma uma cachaça não vai gostar muito, mas vamos discutir. Agora, esses três, é inaceitável o aumento que querem.

E digo mais, nós estamos dispostos a contribuir. Nós entregamos pessoalmente quinze medidas que podem ser feitas pelo Governo do Distrito Federal. Portanto, nós estamos cumprindo a nossa parte para não atrasar o salário dos servidores. Porque a pior desgraça, Deputado Joe Valle, é atrasar o salário dos servidores, porque aí é a quebra do comércio, é a quebra da economia do Distrito Federal, é o caos. E nós não queremos que esta cidade entre no caos.

Portanto, nós estamos numa posição que diverge, critica, mas que apresenta solução. E nós, apresentamos soluções, não ficamos só no discurso. Fomos lá e mostramos que tem jeito. É só querer fazer. Nós estamos dispostos a ajudá-lo a fazer.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu venho a esta tribuna demonstrar na realidade a minha indignação e o meu repúdio em relação ao acontecido. Antes de eu continuar a minha fala, eu quero exibir uma reportagem que foi veiculada pela RBS, televisão afiliada da *Rede Globo* em Santa Catarina. Mas, a informação que repassou por essa filiada da *Rede Globo* vai impactar a todos no país.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Bem, a lei que foi citada, que essa Confederação Nacional das Entidades das Escolas Particulares quer pedir a inconstitucionalidade, é a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. Ontem nesta Casa, foi realizada uma audiência pública em comemoração ao Dia Mundial da Luta da Pessoa com Deficiência. Esta lei que foi aprovada neste ano, sancionada pela Presidente da República, é fruto dessa luta de pais, mães, de pessoas com deficiência, Deputado Lira, Deputada Luzia de Paula, que gerou, na realidade um grande sonho.

Agora nós vemos uma confederação nacional, desculpe-me, ter uma atitude nazista – repito: atitude nazista – de proibir a entrada de estudantes com deficiência dentro da sala de aula só porque são portadores de deficiência – desculpa, só porque têm deficiência? Isso é um absurdo, isso é um retrocesso, isso é olhar para o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	10

retrocesso! Uma pessoa que propõe uma ADI dessa tem que ser presa. Tem que ser presa! E eu acredito que o Supremo Tribunal Federal nem deveria aceitar uma aberração dessa porque, Deputado Bispo Renato Andrade, só quem tem um familiar com deficiência, como eu tenho a minha filha, sabe dos preconceitos que vivemos.

No Distrito Federal, você não consegue caminhar, você não consegue andar com a pessoa com deficiência porque as calçadas, infelizmente, não são adaptadas. As escolas públicas fazem um excelente trabalho.

O Centro de Ensino Especial desta cidade faz um trabalho com excelência. Minha filha é aluna do Centro de Ensino Especial. Professores que estão no Centro de Ensino Especial estão lá porque são apaixonados pela educação inclusiva. E essa lei foi uma conquista das pessoas com deficiência. Peço desculpas, mas chega uma confederação dessa, Deputado Joe Valle, pensando somente no dinheiro, que foi o que nós vimos aí. Os pais dos outros alunos não podem pagar o custo adicional de uma pessoa com deficiência. Peço desculpas e que me perdoem.

Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. que foi Secretário de Justiça e Cidadania e que, dentro da pasta de V.Exa., tinha a pauta da pessoa com deficiência: isso, no mínimo, é uma aberração. Pessoas podem dizer: "Mas isso está acontecendo em Santa Catarina". Mas se esse artigo da lei for declarado inconstitucional todos nós vamos sofrer.

Então, eu apresentei aqui uma moção de repúdio, que eu acho que é o mínimo que a Câmara Legislativa, que representa a Capital da República, que o Poder Legislativo da Capital da República deve fazer em defesa de todos os brasileiros: apresentar uma moção de repúdio contra essa Ação Direta de Inconstitucionalidade que quer declarar inconstitucional a lei da pessoa com deficiência. E quero ainda mais: não é assim que se valoriza a pessoa com deficiência. E digo mais: se fizesse parte dessa escola, eu não teria problema nenhum em arcar com custo de filho de qualquer um que fosse, porque nós devemos, sim, pensar na pessoa humana.

E aqui, para finalizar a minha fala, eu quero fazer uma pergunta: o que é ser normal? Será que uma pessoa que tem problema de mobilidade, Deputado Wellington Luiz, não é normal? Será que uma pessoa que tem, no caso como apresentado aqui, uma criança que tem autismo não é normal? O que é ser normal? Quem definiu o padrão de normalidade? Isso para mim é uma atitude esdrúxula, nazista e, acima de tudo, excludente. E quero mais: quero pedir o apoio dos nossos pares para aprovarmos essa moção hoje, porque eu gostaria de encaminhá-la pessoalmente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal para que ele rejeite essa ADI, para que ele nem a receba, para que o STF dê uma lição ao país para rejeitar esse tipo de tema na suprema corte do Brasil.

Quero aqui também saudar os professores do sistema da socioeducação, que fazem um trabalho fantástico, que vão aonde muitos não querem ir, que colocam,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	11

muitas vezes, suas vidas em risco. Eu quero dizer: não só contem com o meu apoio, mas contem com o meu trabalho, mas contem com meu trabalho para manter o direito que vocês conquistaram.

Quero aqui, para finalizar, pedir a cada um de vocês, independentemente da coloração partidária, que votemos essa moção de repúdio contra essa ação direta de inconstitucionalidade do Conselho Nacional das Escolas Particulares que quer declarar inconstitucional a obrigatoriedade, Deputado Wellington Luiz, de todo aluno deficiente ter direito à educação seja ela pública ou privada.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Muito rapidamente, quero apenas registrar a resposta imediata do Líder do Governo, Deputado Julio Cesar. Há pouco, eu solicitei reunião com o Secretário de Segurança haja vista a dificuldade que a gente estava tendo numa ação, no mínimo duvidosa, daquela Secretaria. E a reunião já foi marcada.

Então, quero aqui, da mesma forma que o fiz, publicamente, também agora registrar e agradecer publicamente a imediata resposta e a marcação que já foi feita. Inclusive, eu falei diretamente com o Secretário.

Então, meu muito obrigado. Quero agradecer isso ao Deputado Julio Cesar, Líder do Governo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pelo bloco Força do Trabalho.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, eu gostaria de dar a opção, nos Comunicados de Líderes, da palavra do bloco Força do Trabalho para o Deputado Raimundo Ribeiro. Eu falarei como Líder da Maioria em seguida.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	12

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade. Só desejo informar a todos os Parlamentares e deixar registrado nas notas taquigráficas que acabamos de assinar uma emenda que aumenta, na realidade, ainda mais o imposto para a tabacaria no projeto que V.Exa. pediu para fazer tramitação conjunta com o do Poder Executivo. A proposta do Poder Executivo é de 29%, e a minha é de 35%.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Deputado Wellington Luiz, fico feliz por V.Exa. ter conseguido a reunião com o Secretário de Segurança, porque eu estou tentando uma como Secretário de Saúde. Já marquei quatro vezes e nas quatro vezes ele desmarcou sem justificativa.

Então, eu deixo claro aqui: eu é que não quero mais. Não quero mais me reunir com o Secretário de Saúde. (Palmas.) Se ele quiser falar comigo, que venha ao meu gabinete, principalmente no dia em que a gente tiver que votar suplementação orçamentária para a área da saúde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu acho que Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, só quero acrescentar à fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu também tinha marcado com bastante antecedência. Como eu não sou muito vaidoso, não consegui marcar com o secretário, mas marquei com a adjunta. Porém, a adjunta não pôde me esperar. Marquei às 17h. Saí de casa, fui lá às 17h, mas aí ela tinha ido cumprir agenda externa. Então, acho que o governo realmente está com muita dificuldade, está trabalhando demais.

Eu gostaria de, em nome do nosso bloco, primeiro, saudar os servidores da área da medida socioeducativa que estão aqui conosco. Por que eu fiz questão de nominá-los como servidores? Porque realmente são servidores na verdadeira acepção da palavra. Nós sabemos o quanto lá é difícil para vocês, pelas dificuldades que vocês enfrentam, poderem servir. Mesmo assim, por alguma inspiração não muito divina, tem alguém dentro do governo querendo cortar direitos que vocês conquistaram ao longo do tempo, como alguns adicionais. Por exemplo, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	13

insalubridade. Então, tenham a solidariedade, com certeza, não apenas minha, mas desta Casa.

Sr. Presidente, acompanhei longamente todo o desenrolar dessas informações que saem. O governo fala de uma situação caótica, e me parece que não é apenas aqui, no Distrito Federal, mas no Brasil inteiro. Reconhecemos que a situação está muito difícil. Agora, eu gostaria de falar que estamos quase que em uma espécie de filme. Isso é um filme, Presidente, e nós temos os artistas desse filme. Qual é o artista principal? Ele atende pelo apelido de contribuinte. É aquele indivíduo que financia toda a atividade do governo. Aliás, é aquele sujeito que é o destinatário do serviço que o governo deve prestar e, por isso, inclusive, ele financia toda a atividade. Por outro lado, em outro giro, temos o governo, que é constituído exatamente para prestar serviços àquela população. Para isso, é necessária uma atividade financeira, e quem contribui é aquele que recebeu o apelido de contribuinte.

Aí, na hora em que a situação aperta – sabemos que existe uma carga tributária elevadíssima no nosso país, de quase 40% –, os governos começam a pensar, começam a se movimentar tanto no plano federal, quanto no plano local, e chegam à mesma conclusão: temos que acochar o bolso do contribuinte. Ou seja, aquele que é o artista principal, aquele que é o sujeito mais importante dessa relação é sempre chamado a pagar a conta. Temos que verificar o seguinte: temos legitimidade para fazer essa cobrança do contribuinte? Parece-me que não, até pelo excesso que já pagamos.

No plano federal, estão pensando no absurdo, Deputada Luzia de Paula, de recriar uma contribuição que é a CPMF. Eu fico olhando governadores, pessoas de alta responsabilidade, que vão à Presidente Dilma dizer: “Não, em vez de botar 0,2%, vamos votar 0,38%, para ficar um pedacinho para nós, os governos estaduais.” Isso é uma vergonha! Querer onerar mais ainda a população é matar a galinha dos ovos de ouro.

Aqui, no plano distrital, quero deixar bem claro: sou da base aliada, mas, como eu sempre disse, Deputado Ricardo Vale, não sou da base alugada. Gosto de discutir os projetos e quero discutir esses projetos que o governo está encaminhando para esta Casa. Quero discutir primeiro respeitando o ritual que temos nesta Casa. Não se pode mais ficar aprovando em plenário projetos que deveriam ser aprovados antes nas comissões. Então, primeiro, temos que valorizar o debate, e o debate se faz também nas comissões. Acho que a nossa Mesa precisa estar muito atenta a isso.

Segundo, antes até de chamar a população para continuar contribuindo – e ela sempre está disposta a contribuir –, temos que olhar para dentro de nós. Temos que verificar se realmente estamos cortando onde deveríamos cortar. Por exemplo – não vou ficar na área de saúde, não, e não é também nenhuma provocação –, só para falarmos da área de saúde, inicialmente, quero dizer o seguinte: temos um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	14

imóvel alugado desde o governo passado, desde o dia 4 de abril de 2014, no Setor Comercial Sul, pelo qual pagamos 130 mil reais por mês de aluguel. Neste ano, uma boa parte da Secretaria de Saúde foi para lá fazer as chamadas perícias médicas dos servidores de educação e de saúde.

Ora, se estamos em um momento de contenção e se temos imóveis próprios, por que vamos ficar alugando imóveis? Temos é que utilizar os nossos imóveis, pois, no mínimo, já vamos economizar 130 mil reais por mês. Você vai dizer: “Mas isso não resolve o problema.” É claro que não! Mas, se desde o início tivéssemos devolvido os imóveis alugados, já estaríamos com uma economia razoável.

Se já tivéssemos – denunciei isto aqui – servidores, inclusive o ex-Governador Agnelo Queiroz, que foi cedido para o Governo Federal, sendo pagos pelos cofres do Distrito Federal, já seria uma economiazinha também. É uma mixaria, mas é uma economia.

Aliás, diga-se de passagem, recentemente – o Deputado Chico Vigilante foi um dos primeiros a criticar isto também –, o Governador, em uma atitude não digna de governador, no dia 29 de dezembro, quando faltavam dois dias para encerrar o seu mandato, aumentou sua carga horária de vinte para quarenta horas. Que coisa feia! Ainda mais que ele nunca foi trabalhar. Isso é uma coisa vergonhosa, principalmente para quem foi ex-governador.

Mas não é sobre saúde que queremos falar. Queremos falar sobre a questão do transporte. Na área de transporte, Deputado Agaciel Maia, é possível até mesmo evitar o aumento de passagem. Sabe como, Deputado Ricardo Vale? Se o Governo tivesse mandado aplicar um parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ele economizaria, desde aquela época, cinco milhões por mês, que já davam para ajudar. É um pouco mais do que já falamos até agora. Cinco milhões por mês, o Governo iria economizar. Mais do que isto: se o Governo mandasse aplicar esse parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que foi destacada para assessorar juridicamente os contratos e a licitação do transporte público, hoje estaríamos compensando e abatendo o que já foi recebido indevidamente.

Eu tenho os dados aqui. Aqui não se trata de a gente fazer a crítica, é uma crítica que está construída em cima de números. Vocês sabem quanto as empresas de transporte receberam indevidamente, no ano de 2014, apenas no que tange a essa questão do passageiro pagante, do usuário que deveria estar isento? Recebeu R\$ 32.108.672,86 (trinta e dois milhões, cento e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos). Em 2015, Deputado Joe Valle, só no primeiro semestre, foram pagos, indevidamente, R\$ 31.289.996,61 (trinta e um milhões, duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e seis mil e sessenta e um centavos). Com esses valores, o Governo já conseguiria fazer alguma coisa. Sabem por quê? Porque chega perto de cem milhões. São R\$ 94.688.666,09.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	15

Então, é possível, realmente, cortar gastos. Agora, é possível, também, além de cortar gastos, agir no estrito limite da lei, porque esses valores foram pagos indevidamente para as empresas de transporte.

Outra coisa: estamos chamando a população para se sacrificar. Por que só a população? Por que não se chamam os empresários de transporte? Eu aconselharia o Governador a cortar liminarmente cinquenta por cento do valor a ser repassado para as empresas de transporte, a título de sacrifício, como todos os outros. E, de imediato, fazer uma auditoria, para que, em um prazo de trinta ou sessenta dias, a gente possa realmente verificar o que é devido e o que não é devido. Porque uma coisa é certa: mudou-se o transporte pela imprestabilidade que permaneceu e quadruplicou-se o preço. Tem alguma coisa errada, pois essa conta não está fechando!

A nossa proposta aqui, Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, é que gostaríamos, sim, de fazer a discussão, e vamos fazê-la nas comissões temáticas desta Casa, mas queremos também que o Governo venha aqui dizer por que não aplicou um parecer que está dormindo nas gavetas da burocracia desde maio deste ano. Um parecer que economizaria que economizaria 5 milhões por mês.

Vou finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade de V.Exa., lembrando o Deputado Julio Cesar, que estava lá conosco. O Secretário de Mobilidade Urbana esteve conosco lá na CPI, e lá ele admitiu, ele confessou que havia roubalheira nesse negócio dos deficientes, negócio de dar passe livre, essas coisas todas. Ele admitiu que havia erros. Aí eu indaguei a ele qual a providência que ele tomou. Ele disse que estava apurando. Aí nós insistimos: isso não é caso de o senhor ficar apurando, o senhor não é investigador, isso é caso de chamar a polícia. E lá ele informou que iria chamar a polícia, viu Deputado Bispo Renato Andrade? E sábado nós tivemos a notícia de que ele continua apurando, eu não sei se a polícia foi chamada. Deveria ter sido chamada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento mesmo porque a redução de despesa é preponderante em momento de crise. E V.Exa. aborda uma série de itens de economia que o governo poderia estar fazendo mesmo antes de pensar em reajustar. Alguns ralos têm que ser fechados porque estão abertos aí há muito tempo, até mesmo por falta de fiscalização e controle.

E V.Exa. aborda o tema do problema dos aluguéis, que é um problema sério, problema também da mobilidade. Antes era a TCB, que era uma empresa. Eu cheguei aqui em 1975 e ia para o colégio de ônibus sempre, principalmente para o Elefante Branco, e era tranquilo. Mas eles montaram um cartel – já existia a Viplan



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	16

na época – e mataram a TCB para que o mercado que era do governo passasse para mãos particulares.

Em seguida, passaram trinta anos com um cartel de ônibus dominando Brasília, fazendo o que bem queria. Houve a sugestão de se fazer uma nova licitação, trocaram os ônibus por ônibus novos. Geralmente quebravam muitos ônibus durante o dia, até um programa de rádio dava a quantidade de ônibus que estavam quebrados. Mas os problemas continuaram, principalmente porque se criou uma equação grande dentro desse processo licitatório que tem n variáveis que determinam esse reajuste. No final, a contribuição do governo, que era pequena, passou a ser uma contribuição gigante.

Então, nós temos um serviço de transporte privado com dinheiro público. É híbrido. E muitas das concessões feitas são de caráter generoso, como é o problema do passe estudantil sem controle, passe para os deficientes também sem controle e agora está se verificando que as quantidades não eram bem as que se praticavam.

Inclusive eu propus aqui: se muitos passageiros do transporte público de Brasília são custeados pelo governo, por que o governo, que gasta milhões, não reativa a TCB? Então se criaria essa estatal. Pegaria esse dinheiro e compraria ônibus novos e aproveitaria esses motoristas que estão dirigindo atualmente. Então, o governo poderia inclusive expandir, se fosse o caso, o transporte gratuito para outras atividades, porque o que nós temos hoje é um transporte que é considerado público, mas é privado, mas os recursos praticamente são custeados com o orçamento do Tesouro.

Portanto, V.Exa. está de parabéns em abordar o assunto. Eu acho que tem que se colocar uma lupa. Crise existe para isso, coloca-se uma lupa, reduzem-se as despesas desnecessárias, e, a partir daí, vão se buscar os recursos exatamente para sair da crise. Então crise é trabalho dobrado e criatividade. É disso que nós precisamos.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço a manifestação e a incorporo à minha.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, eu gostaria de parabenizá-lo por esse discurso. V.Exa. traz esse assunto juntamente com o Deputado Agaciel Maia, essa questão do transporte público. É importante também ressaltar isso, aqui está o Presidente da CPI, e V.Exa. também faz parte da CPI. Temos a informação de que parece que uma das empresas de ônibus de Brasília, no ano passado ou retrasado, adquiriu empréstimos junto ao Banco de Brasília num montante de quase 30 milhões. Se for corrigido, hoje isso deve chegar a quase 40 milhões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	17

Eu acho que já é momento de o Banco de Brasília entrar com alguma ação para buscar receber esse valor porque, num momento de crise que estamos vivendo, eu acho que isso é importante, até por tudo aquilo que a gente vem vendo nos noticiários, daquilo que V.Exa. e o Presidente já vem falando: quem tem lucrado com essa questão do transporte público são as empresas. Então, não há por que as empresas continuarem devendo um valor como esse ao Banco de Brasília, que está vivendo um momento muito difícil.

Faço as minhas considerações porque, num momento de crise, acho que temos que começar realmente a buscar alternativas. E aí são quase 40 milhões. Hoje, eu comentei que uma das ações também que devem ser feitas aqui em Brasília é pararmos de ficar patrocinando eventos internacionais e nacionais. Muitas vezes, esse dinheiro também pode ser colocado à disposição aqui de Brasília.

Parabéns pelo discurso de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço a manifestação do Deputado Julio Cesar e a incorporo à minha manifestação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, quando cheguei, V.Exa. já abordava o tema.

Ainda ontem, eu estive discutindo com a nossa assessoria sobre um dado que, para mim, ainda é nebuloso. Como é que se calcula essa chamada tarifa técnica? Há instrumentos para fiscalizar? O Estado, o governo tem instrumentos para proceder a uma auditoria no cálculo e no exame das variáveis dessa chamada tarifa técnica? Eu acho que nós precisamos abrir um debate sobre esse assunto. Eu quero saber se o governo tem instrumentos, se o Estado se estruturou de maneira a fazê-lo, já que isso é bancado com o dinheiro do povo do Distrito Federal. Se há gratuidades, e elas têm justificativa, nós temos que fazer um debate sobre qual é efetivamente o valor pago. Ainda ontem, a gente se debruçava sobre um valor de subsídio na ordem de 600 milhões anuais. É a tarifa técnica, Deputado Raimundo Ribeiro, como é que ela é calculada? É uma variável que se tem como absoluta? O Secretário de Mobilidade precisava nos responder essa pergunta.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Verdade. Agradeço o aparte ao Deputado Chico Leite.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: eu tenho visto também o governo veiculando um material publicitário dizendo que a passagem não aumentava desde 2006. Olhem, essa informação não é verdadeira. Aquilo que é meia verdade é sempre meia mentira. Meus amigos, a passagem não se compõe apenas daquele valor que o contribuinte, ora apelidado quando entra no ônibus de passageiro, paga. A passagem é composta daquilo mais a tarifa técnica. E a tarifa técnica aumenta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	18

constantemente. Nós tivemos uma reunião há pouco, e o Deputado Federal Rogério Rosso, que foi Governador do Distrito Federal, disse claramente que, quando ele foi governador, o gasto era de 10 milhões por mês, hoje está em 60 milhões por mês. Quer dizer, se isso não é aumento, então não dá para entender.

Então, olhem, vamos trabalhar com a verdade dos fatos. Até porque com número não dá para brigar. Como eu vou brigar com número? Não tem jeito, não dá para a gente ficar iludido. Isso faz lembrar aquela máxima de um ex-presidente americano que dizia que você engana muitos por pouco tempo, poucos por muito tempo, mas você não engana todo mundo todo o tempo. Então, vamos parar com essa estória, vamos sentar, vamos acertar direitinho, para que possamos realmente exigir sacrifício, se ele for necessário, e depois de fazermos nosso dever de casa.

O governo tem condições, ainda, de economizar. Eu não estou nem falando das estatais, não estou falando em salários, não estou falando em participações, estou aqui me referindo apenas à questão do transporte. Temos uma excelente assessoria na CPI do Transporte Público, temos Parlamentares interessados, como é o caso do Deputado Ricardo Vale, do Deputado Rafael Prudente, da Deputada Sandra Faraj, nossa vice-Presidente, e do Deputado Bispo Renato Andrade, nosso Presidente, e temos uma assessoria estudando bastante essa questão. Assim, conseguiremos trazer esses números que não estão escondidos, é só buscá-los e mostrá-los.

Então, a minha proposta concreta, clara, é que o governo, antes de propor qualquer tipo de aumento – inclusive esses que já foram concedidos, como é o caso das passagens –, verifique onde realmente pode cortar, onde ele pode mostrar para a população que está fazendo o seu dever de casa, e depois disso, sim, se ainda sobrar alguma dívida, chamamos o contribuinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Quero dizer que esse aumento de passagem, além de imoral, é absurdo. Mesmo porque no mês passado disseram que não houve aumento, como bem disse o Deputado Raimundo Ribeiro, mas aumentou em 53 milhões a tarifa técnica. E dizem que chegará agora um aumento de mais 120 milhões na tarifa técnica. Então, não é justo que o contribuinte pague duas vezes, isso é bitributação. Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que é economista – eu não sou –, o pobre do contribuinte pagará duas ou três vezes. Então, o preço da passagem não deveria ter aumentado.

Além disso, faço aqui uma menção à citação que se fez do Fábio Gondim, Secretário de Saúde, que é uma pessoa extremamente cordial e acessível. Tenho certeza de que o problema não foi do secretário, foi de sua assessoria. Tenho certeza de que os nobres Deputados serão recebidos por ele na Secretaria de Saúde.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	19

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia das Moções nºs 225, 226, 227 e 229, todas de 2015, de autoria de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago a V.Exa. que instrumento seria melhor para convocar o Secretário de Mobilidade, o Diretor-Geral do DFTrans ou quem tenha o encargo de responder por essa abstrata tarifa técnica. O Deputado Raimundo Ribeiro e eu vamos, por meio de instrumento próprio, requerer a vinda do responsável para que o questionemos sobre que variáveis compõem essa chamada tarifa técnica. O povo do Distrito Federal é quem paga a chamada tarifa técnica e não sabe que variáveis a compõem. Não sabe, por exemplo, se o governo já fez uma auditoria para saber se lá não há variáveis desconhecidas e rejeitadas pelo povo do Distrito Federal.

Era essa a observação que eu gostaria de fazer. O Deputado Raimundo Ribeiro e eu vamos fazer esse requerimento e gostaríamos de contar com o apoio da Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Com certeza, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou escutando esse debate com relação à Secretaria de Mobilidade e a política de transporte desta cidade. Em função do que aconteceu na Rodoviária do Plano Piloto, se não me engano na sexta-feira, com toda aquela violência contra os jovens que foram se manifestar contra o aumento das passagens, protocolamos, Deputado Chico Leite, justamente em função de tudo isso o que dissemos aqui, tanto o Deputado Agaciel Maia quanto o Deputado Raimundo Ribeiro e V.Exa., o pedido de uma comissão geral para a próxima quinta-feira, convocando o Secretário de Mobilidade, o diretor do DFTrans e os movimentos sociais. Todo mundo já recebeu o convite. Com a maioria dos Deputados aqui já conversei, e a gente já deve aprovar daqui a pouco esse requerimento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	20

Portanto, na quinta-feira, nós podemos tirar todas essas dúvidas e entender por que o governo deu um aumento tão alto para as passagens, sacrificando muito os trabalhadores, principalmente os trabalhadores mais humildes desta cidade. Nós temos uma oportunidade importante para fazer o debate aqui nesta Casa e, se possível, como fruto dessa comissão geral, de fazer com que o Governo do Distrito Federal volte atrás no aumento dessas passagens, Presidente Deputado Bispo Renato Andrade. V.Exa., que está comigo na CPI dos Transportes, e eu temos visto como essa coisa é nebulosa, como esses números são difíceis de entender.

Portanto, quero pedir o apoio de todos os Deputados para que, na quinta-feira, a gente já tire todas essas dúvidas aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O meu apoio V.Exa. terá.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sabia da comissão geral. Quero parabenizar o Deputado Ricardo Vale. Quero me colocar à disposição de S.Exa. e observar que, se S.Exa. permitir, nós poderíamos incluir na pauta da comissão geral uma discussão específica sobre essa chamada tarifa técnica, para que o Secretário de Mobilidade pudesse explicá-la ou quem a seu encargo possa fazê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, assessores.

Quero me solidarizar também com os professores que trabalham com os detentos, seja na Papuda, seja na Colmeia. Eles já saíram, mas eu, que tive oportunidade de recentemente, representando a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, fazer uma visita a esses presídios,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	21

quero dizer que os professores que trabalham com a população carcerária são verdadeiros heróis. A situação em que se encontram tanto as detentas na Colmeia como os detentos lá na Papuda é uma coisa de calamidade pública. Acho que nem cachorro está sendo maltratado assim. Há alguns donos que não gostam de cachorro – não sei nem por que criam – e maltratam muito esses animais. Eles estão sendo tratados como animais. A gente lamenta muito que o Governo do Distrito Federal venha tirar, nesse exato momento em que pelo menos esse apoio eles estão tendo, os 10% de gratificação que eles têm para cumprir esse trabalho extremamente importante.

Eu vim aqui também para dizer que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, fiquei muito feliz de ter ajudado o Governo do Distrito Federal e o Movimento Resistência Popular – MRP, aquele movimento de moradores sem-teto, que estavam no hotel Saint Peter.

Eu estive lá na semana passada e, como o governo não queria mais dialogar com o movimento, Deputado Chico Vigilante, e o movimento se recusava a sair, chegou muito próximo de haver um conflito de proporções extremamente graves. Eu subi no hotel e vi a quantidade de senhoras, a quantidade de crianças, de deficientes físicos, um negócio impressionante a forma como eles estavam ali dentro. E o governo dizia que não havia mais acordo, que tinham que sair, que a polícia ia fazer uma intervenção. Aí, felizmente, em função dessa conversa que nós tivemos com o movimento, e uma conversa que tivemos a oportunidade de ter com o Governador, o debate foi reaberto. Felizmente, o Governo apontou uma área provisória, diga-se de passagem, lá em Taguatinga, para que aquelas pessoas saíssem de lá e evitássemos o conflito que estava caminhando para acontecer.

Então, eu fico feliz com a postura do Governador, com o Secretário Adjunto da Casa Civil, Sr. Manoel Alexandre, o próprio Marcos Dantas, que entenderam que o mais importante naquele momento era preservar a segurança dessas pessoas. Houve uma saída pacífica das pessoas naquele momento. Isso aconteceu no domingo. Os ônibus chegaram lá e levaram elas.

Agora, o Governo precisa resolver, colocar essas famílias em algum projeto de habitação, de assentamento, para que elas possam ter, até em função da Constituição Federal, o direito que todos temos, o direito à moradia digna. Porque aquelas crianças, aquelas donas de casa, aqueles senhores e senhoras que eu vi ali, merecem um lar. É preciso que o Governo haja com muito cuidado nesse sentido, até porque tivemos recentemente um episódio preocupante lá na Ceilândia, na Nova Jerusalém, em que a polícia agiu com muita truculência. Eu tive a oportunidade de ter ido até lá e pude ver como crianças ficaram feridas, mulheres ficaram machucadas com balas de borracha.

Então, felizmente, dessa vez o Governo acertou. Tenho de vir aqui e reconhecer! Quando o governo erra, nós vimos aqui e criticamos, mas, quando ele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	22

acerta, temos de vir aqui elogiar. Portanto, meus parabéns ao Governo do Distrito Federal que, de forma muito inteligente, de forma sensível, evitou uma tragédia naquele hotel. Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Para aprovarmos a comissão geral de quinta-feira precisamos de *quorum*. Então, faço um apelo aos nobres Deputados que se encontram na Casa para que desçam e possamos fazer essa votação.

Dando continuidades aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde aos pares, imprensa, boa tarde a todos. Sr. Presidente, eu queria iniciar o meu comunicado fazendo um apelo aos nossos Pares para que possamos voltar ao rito da Casa: passar todos os projetos pelas comissões – comissões de mérito e comissões finalísticas – para que possamos estudá-los, aprofundarmos um pouco mais neles.

Eu nem estou falando em não fazer parecer em plenário, porque isso eu acho que realmente é malhar em ferro frio, mas que seja exceção, não volte a ser regra, para darmos o mínimo de organização a esta Casa. Cumprir o rito básico que é passar os projetos pelas comissões que existem para avaliá-los. Basicamente é isso! Porque os projetos que vêm com urgência, já falei, já comentei isso algumas vezes, são importantes, precisam vir, mas isso denota uma falta de planejamento enorme de quem entra com esses projetos aqui com urgência, urgentíssima etc. Então, que eles passem pelas comissões.

Sr. Presidente, esse é um apelo que eu gostaria de fazer a todos os nossos colegas, todos os nossos pares, para que possamos dar esse sentido.

O segundo ponto é que os membros da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle estão fazendo um trabalho na área da saúde. Deputado Agaciél Maia, a cada reunião que fazemos, mais aterrorizante fica.

Hoje, fizemos uma reunião conjunta com a vigilância sanitária, Hospital de Base e uma parte da Comissão de Fiscalização. Foi uma visita de rotina, simples, para pedir... Porque há vários espaços do Hospital de Base que estão interditados pela própria vigilância sanitária.

Nós convidamos então a pessoa responsável pela manutenção da Secretaria de Saúde e ele declarou na frente de todos que não tem condições de atender. Vai interditar a quimioterapia do Hospital de Base. Ela está pronta para ser interditada! Ela já está no limite do limite do limite para ser interditada! Agora, imaginem, a única quimioterapia que temos no Distrito Federal é a do Hospital de Base. E vão interditar! O responsável, um arquiteto, uma pessoa muito dedicada, falou: "Olha, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	23

tenho dois arquitetos na Secretaria de Saúde para mais de seiscentos espaços impróprios em termos de projeto. O que nós atendemos lá é a prioridade do secretário”. Então, realmente, isso é espantoso para nós! É espantoso! Não tem condições, não tem perigo de dar certo, como diz um amigo meu.

Nós estamos fazendo esse trabalho. Na próxima reunião da comissão, vamos fazer uma visita, com os cinco Deputados, ao Hospital de Base e verificar todas essas áreas que estão totalmente paradas por uma questão de vigilância sanitária. É o governo paralisando o governo.

Então, Sr. Presidente, é uma situação de calamidade pública, efetivamente de calamidade pública! É um negócio que não tem como entender! O próprio governo não conversa entre si, não há um processo colaborativo dentro do governo. A gente faz um apelo para que isso aconteça, e que a gente tenha condições de fazer esse trabalho corretamente.

A lógica de que há um problema de gestão é verdadeira. Há um problema de gestão em todos os espaços, em todos os cantos, e que levaria, se houvesse condição de organizar, e não fosse o soluçõ mandatário de quatro anos, pelo menos, dois ou três mandatos para se poder organizar. Precisamos fazer um esforço conjunto, todos nós fazermos a nossa parte, como está sendo trabalhado aqui, para realizarmos planos e planejamento de longo prazo neste governo. Não interessa, como disse o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Chico Vigilante, que têm apresentado proposta mesmo na Oposição, V.Exa. que tem comandado e coordenado a Frente Parlamentar do Setor Produtivo... Que possamos fazer pela cidade, por Brasília. Esta cidade não aguenta mais um fracasso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado.

Por falar em setor produtivo, aproveito para convidar os demais Deputados para um almoço, no dia 28. O convite é para os 24 Deputados e 200 empresários do setor produtivo. O convite, com certeza, chegou ao gabinete de V.Exas., é importante que todos lá estejam para que possamos fazer um debate juntamente com o setor produtivo.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dos vários projetos que estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	24

tramitando na Câmara Legislativa, chamo a atenção para o Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2016, o PL nº 648 de 2015, e para o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2016–2019.

Como previsto no art. 150, § 15, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o valor destinado às emendas individuais dos Parlamentares corresponde a 2% da receita corrente líquida, na Lei Orçamentária. Na proposta do Executivo encaminhada a esta Casa, a previsão da receita corrente líquida, Deputado Chico Vigilante, para 2016, é de 21,6 bilhões de reais, o que é proporcional a um valor de 432,1 milhões para as emendas dos Deputados. Dessa forma, para 2016, Deputado Bispo Renato Andrade, que preside esta sessão, os Parlamentares poderão apresentar até 18 milhões para as suas emendas individuais. Esse valor apresenta um acréscimo de 12,5% em relação aos atuais 16 milhões das emendas parlamentares previstas para 2015.

Em termos de grandes números, o GDF irá administrar um orçamento total de 41 bilhões, em 2016, contra 37,3 bilhões, em 2015, já computados o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Como sabemos, o Fundo Constitucional, por tratar-se de recursos federais, é votado no orçamento da União; mesmo assim, os recursos desse Fundo que se destinam à educação e à saúde, que totalizam R\$ 4,9 bilhões, são incorporados ao orçamento votado aqui na CLDF. Dessa forma, Sras. e Srs. Deputados, o total de recursos do orçamento, votado por nós Parlamentares distritais, é de R\$ 34 bilhões. Esse valor apresenta um incremento de 10% no seu valor se comparado ao Orçamento de 2015, que é de R\$ 30,8 bilhões de reais.

Em relação ao Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019, o GDF reduziu o número de programas dos atuais 42 para apenas 13 programas, Deputado Chico Vigilante. Com a redução dos programas, o GDF pretende implantar uma gestão pública mais eficiente e transparente.

O PPA, como nós chamamos, é o instrumento de planejamento de médio prazo, instituído pela Constituição Federal de 1988, que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos.

Os objetivos gerais do PPA são para tornar a sociedade do Distrito Federal menos desigual, proporcionar crescimento econômico sustentável, diversificado, inclusivo, estruturado e orientado pela preservação do meio ambiente, bem como assegurar a retomada da capacidade de investimentos do Estado.

Como o PPA é o Plano Estratégico do Governo e a Lei Orçamentária é o Planejamento Operacional, as emendas individuais dos Parlamentares terão a mesma correspondência nessas leis orçamentárias. Com isso, os Parlamentares poderão apresentar até R\$ 18 milhões de emendas no PPA por ano, totalizando nos quatro anos R\$ 72 milhões no quadriênio 2016-2019.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 09 2015	16h26min.	81ª SESSÃO ORDINÁRIA.	25

Estou encaminhando, para cada gabinete, um CD contendo o inteiro teor do Projeto de Lei do Orçamento para o exercício financeiro de 2016 e do Plano Plurianual para o quadriênio de 2016-2019.

É o que eu tinha a falar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Não havendo *quorum* regimental para deliberação, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h54min.)